



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **Dr. Victor Linhalis**

Apresentação: 20/02/2024 11:18:43.490 - MESA

PL n.309/2024

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2024

(Do Sr. DR. VICTOR LINHALIS)

Dispõe sobre incentivos tributários para o turismo de aventura e o ecoturismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre incentivos tributários para o turismo de aventura e o ecoturismo, com o objetivo de favorecer os investimentos nestes setores.

Art. 2º Para os fins desta Lei, definem-se:

I – turismo de aventura: o conjunto dos movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de caráter recreativo que envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos; e

II – ecoturismo: o conjunto das atividades turísticas que têm como objetivo principal a apreciação e a conservação de recursos naturais, utilizando, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural e incentivando sua proteção.

Art. 3º Os prestadores de serviços de turismo de aventura e de ecoturismo poderão importar ou adquirir no mercado interno com suspensão do pagamento dos impostos e contribuições de que trata o art. 4º desta Lei máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais, novos, para serem empregados:

I – na construção, restauração ou reforma de equipamentos de infraestrutura física destinada ao apoio à realização das atividades de turismo de aventura e de ecoturismo; e

II – na execução, pelos turistas, das atividades de turismo de aventura e de ecoturismo.

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 845, Brasília/DF, CEP 70.160-900
Fone: (61) 3215-5845 e-mail: dep.dr.victorlinhalis@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247326701900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Victor Linhalis



* C D 2 4 7 3 2 6 7 0 1 9 0 0 *



Parágrafo único. Aplicam-se aos prestadores de serviços de turismo de aventura e de ecoturismo de que trata o *caput* o disposto nos arts. 21 e 22 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

Art. 4º As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por prestadores de serviços de turismo de aventura e de ecoturismo terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto de Importação;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;

III - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – Cofins-Importação;

V - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep;

VI - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços – PIS/Pasep-Importação; e

VII - Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

§ 1º A pessoa jurídica beneficiada pela suspensão de que trata o *caput* deste artigo responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de:

I - contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, ao PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação e ao AFRMM; e

II - responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

§ 2º A suspensão de que trata o *caput* deste artigo, quando relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica beneficiada.





§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota zero ou em isenção, na forma dos §§ 6º e 7º deste artigo, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente.

§ 4º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem importados ou adquiridos no mercado interno pela pessoa jurídica beneficiada pela suspensão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser integralmente utilizados na atividade a que se destinam.

§ 5º Nas notas fiscais relativas à venda para a pessoa jurídica beneficiada pela suspensão de que trata o *caput* deste artigo deverá constar a expressão “Venda Efetuada com Regime de Suspensão”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 6º Na hipótese da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, do PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do IPI relativos aos bens referidos no § 2º deste artigo, a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota de zero por cento após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da data de ocorrência do fato gerador.

§ 7º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos:

I - aos bens referidos no § 2º deste artigo, converte-se em isenção após decorrido o prazo de 5 (cinco) anos da data de ocorrência do fato gerador; e

II - às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a:

a) reexportação ou destruição das mercadorias, a expensas do interessado;
ou

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **Dr. Victor Linhalis**

Apresentação: 20/02/2024 11:18:43.490 - MESA

PL n.309/2024

§ 8º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 3º deste artigo, caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 5º É assegurado o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 6º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do estabelecido nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo Único. Os benefícios e incentivos fiscais de que trata esta Lei só produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

Antigamente privilégio exclusivo da elite endinheirada, o turismo é hoje um fenômeno de massa. Segundo a Organização Mundial do Turismo, registrou-se em 2023 nada menos de 1,3 bilhão de chegadas internacionais. O volume de recursos movimentados pelo setor é tão expressivo que já se cunhou o termo “indústria turística” para designar o conjunto das atividades turísticas, com faturamento superior ao de indústrias tradicionais, como a automotiva ou a eletroeletrônica.

O Brasil tem – ou deveria ter – interesse especial no desenvolvimento do turismo. Em primeiro lugar, contamos com a matéria-prima essencial, insubstituível, para o setor, que são nossos atrativos naturais e culturais, conjugados à característica naturalmente amável e acolhedora de nosso povo. Em segundo lugar, o segmento turístico apresenta notável

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 845, Brasília/DF, CEP 70.160-900
Fone: (61) 3215-5845 e-mail: dep.dr.victorlinhalis@camara.leg.br



* C D 2 4 7 3 2 6 7 0 1 9 0 0 *



capacidade de absorver mão de obra jovem e pouco qualificada. Ademais, a expansão do turismo é um elemento favorável para a geração de emprego e renda e a preservação do meio ambiente.

Duas das vertentes mais promissoras de toda a indústria turística são a do turismo de aventura e o ecoturismo. Em todo o mundo, estima-se que os dois segmentos tenham movimentado, conjuntamente, mais de US\$ 300 bilhões em 2022. No Brasil, segundo o Ministério do Turismo, uma em cada quatro viagens domésticas realizadas a lazer em 2021 teve motivação ecoturística ou de turismo de aventura. Ainda de acordo com o Ministério do Turismo, esses segmentos foram responsáveis pela vinda de nada menos de 18,6% de turistas estrangeiros que vieram ao País em 2019 em busca de lazer.

Parece-nos oportuno, assim, promover incentivos para a expansão desses ramos da indústria turística. Afinal, somos um dos países com a maior biodiversidade pela riqueza de seus biomas (Amazônia, Mata Atlântica, Campos Sulinos, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Zona Costeira e Marítima) e seus diversos ecossistemas, sendo o Brasil um destino de grande competitividade internacional. Desta forma, o fomento ao desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura aproveitará toda a potencialidade do nosso país nestas áreas, além de trazer ganhos econômicos, sociais e ambientais.

Com este objetivo, nossa iniciativa busca beneficiar prestadores de serviços de turismo de aventura e de ecoturismo com suspensão da exigência de sete tributos, quando incidentes sobre a aquisição no mercado interno ou importação de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais, novos, para serem empregados na construção, restauração ou reforma de equipamentos de infraestrutura física destinada ao apoio à realização das atividades de turismo de aventura e de ecoturismo; e na execução, pelos turistas, das atividades de turismo de aventura e de ecoturismo.

A nosso ver, a implementação desses estímulos contribuirá sobremaneira para a melhoria das condições da infraestrutura e o aumento da segurança oferecidas ao turista de aventura e ao ecoturista. Em consequência, aumentará o interesse por essa modalidade turística, com todas as consequências econômicas e sociais benéficas daí decorrentes.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado **Dr. Victor Linhalis**

Por todos esses motivos, contamos com o apoio de nossos Pares congressistas para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado DR. VICTOR LINHALIS
(PODEMOS/ES)

2024_471

Apresentação: 20/02/2024 11:18:43.490 - MESA

PL n.309/2024

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 845, Brasília/DF, CEP 70.160-900
Fone: (61) 3215-5845 e-mail: dep.dr.victorlinhalis@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247326701900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Victor Linhalis

